

29.abril.2015 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÇÃO**

**Entidade:** Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP)  
Dr. Rodrigo Queiroz e Melo, Dra. Sofia Reis e Dr. Manuel Bento.

**Recebido por:** Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar: Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Maria da Conceição Caldeira (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

**Assunto:** Indisciplina em meio escolar.

**Exposição:** O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a disponibilidade dos representantes da AEEP para colaborarem com os Deputados e explicitou o enquadramento em que a audição foi agendada.

Os representantes da AEEP fizeram uma breve apresentação, cuja síntese se encontra disponível no documento entregue, que pode ser consultado na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Interviu, de seguida, a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) que saudou a delegação e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se existe diferença entre escolas públicas e privadas, no que a esta matéria diz respeito, sobre a eventual relação entre currículos e indisciplina, sobre os instrumentos que podem ajudar a aproximar as famílias das escolas, sobre a eventual ligação entre o número de alunos por turma e o fenómeno de indisciplina e sobre a formação de professores nesta área. Terminou, solicitando a posição da AEEP sobre a pertinência de existir uma carreira própria para dirigentes escolares.

A Sra. Deputada Conceição Caldeira (PSD) cumprimentou os representantes da AEEP e solicitou a posição dos membros da delegação sobre as estratégias que defendem para combater o fenómeno da indisciplina e violência. Questionou ainda sobre se existirá mais violência atualmente ou se é apenas mais visível, sobre o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e a sua interiorização por parte dos professores, sobre a eventual necessidade de formação do pessoal docente e não docente e sobre a forma como o ensino profissional é fomentador da valorização das regras e da disciplina.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) cumprimentou os representantes da AEEP e colocou várias questões, designadamente sobre se os alunos são habitualmente ouvidos sobre as questões disciplinares nas escolas que integram a AEEP, sobre a forma como as escolas se relacionam com a comunidade circundante, sobre o envolvimento das famílias na vida escolar dos seus educandos, sobre a eventual falta de recursos humanos, sobre se a AEEP assegura formação contínua para docentes e não docentes e ainda sobre a forma como são reportadas as situações de indisciplina e violência.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a disponibilidade dos representantes da AEEP e afirmou que o Estatuto do Aluno e Ética Escolar é, na opinião do PCP, um instrumento repressivo, que não dá resposta aos problemas da indisciplina e da violência, visto não ter em conta o contexto social e económico do aluno e da família. Defendeu que as respostas devem ser amplas e integradas e devem incidir nas causas. Questionou, de seguida, sobre a eventual relação entre a falta de tempo dos pais para acompanharem os seus filhos, dados os horários desregulados, e o fenómeno da indisciplina, e terminou, perguntando se a criação de gabinetes de intervenção multidisciplinar, como propôs o PCP, poderia ser uma solução para estes problemas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Respondendo às questões colocadas, os representantes da AEEP sublinharam a importância de uma abordagem individual, referindo a este respeito, a diferença que existe no ensino particular e cooperativo, relativamente ao público, nomeadamente no que se refere à autonomia de gestão dos recursos, sendo que existe uma resposta direcionada para as reais necessidades dos alunos.

Relativamente à participação das famílias na vida escolar dos seus educando, afirmaram que existe um grande interesse dos pais relativamente à escola, o que não é de estranhar, tendo em conta que os seus educando ali estão por opção própria. Defenderam, a este propósito, que a adesão dos pais à escola tem de ser livre. Pronunciaram-se ainda relativamente ao número de alunos por turma, para dizer que as escolas devem poder constituir as turmas e decidir quantos alunos integra cada uma, sendo que há casos em que algumas funcionam bem com muitos alunos.

Relativamente à eventual criação de uma carreira de diretores escolares, consideraram um erro, por corresponder à funcionalização dessa função. Defenderam antes a criação da figura do gestor (professor, gestor, ...). Manifestaram ainda a sua preocupação relativamente à banalização da violência verbal, considerando fundamental que o debate público seja mais contido e respeitador.

Referiram-se ainda às diferentes formas de valorização dos comportamentos dos alunos, por parte dos professores, e terminaram, defendendo que as soluções têm de ser sistémicas, (envolvendo todos os intervenientes), adequadas a cada circunstância e reiteradas.

A terminar a audição, o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho informou que proximamente irá ter lugar uma Conferência sobre este mesmo tema, na Assembleia da República, para a qual convidou a delegação.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2015

A assessora  
*Cristina Tavares*